REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE

DE 2024

(Do Senhor Marcos Tavares)

Requer informações ao Exmo. Sr. Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional sobre a execução e fiscalização dos projetos de infraestrutura e desenvolvimento, especialmente nas áreas de baixa acessibilidade e zonas rurais, diante das frequentes denúncias de abandono, falhas de manutenção e desperdício de recursos públicos em obras públicas essenciais, que permanecem em estado crítico, colocando em risco a vida e a segurança da população.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito a V. Exa. que seja encaminhado o presente requerimento de informação ao Exmo. Sr. Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional sobre a execução e fiscalização dos projetos de infraestrutura e desenvolvimento, especialmente nas áreas de baixa acessibilidade e zonas rurais, diante das frequentes denúncias de abandono, falhas de manutenção e desperdício de recursos públicos em obras públicas essenciais, que permanecem em estado crítico, colocando em risco a vida e a segurança da população.

Essas perguntas buscam expor falhas críticas na gestão e execução dos projetos de infraestrutura e desenvolvimento regional, enfatizando a necessidade urgente de transparência, responsabilidade e ações corretivas para garantir que os recursos públicos sejam usados de forma responsável e eficaz, assegurando o cumprimento das necessidades da população, especialmente nas áreas mais vulneráveis e desassistidas.

1. Quais são os projetos específicos de infraestrutura em andamento para transporte e comunicação nas áreas de baixa acessibilidade,





incluindo zonas rurais e regiões isoladas? Apresente um detalhamento completo de cada projeto, especificando valores alocados, prazos de execução e resultados esperados, especialmente considerando o cenário de abandono e lentidão que a população dessas áreas enfrenta.

- 2. Existe um plano de manutenção e reforma para as rodovias federais em estado crítico, que há muito colocam em risco a vida dos usuários? Caso sim, quais são as metas concretas e os prazos definidos para intervenções em cada uma dessas rodovias? Justifique os atrasos nas medidas, visto que a situação de muitas rodovias piora a cada ano, em detrimento da segurança e da mobilidade dos cidadãos.
- 3. Quais mecanismos de controle e auditoria estão sendo implementados para garantir que as obras públicas não sofram atrasos ou superfaturamento? Esclareça os métodos de monitoramento e as auditorias já realizadas, considerando o histórico alarmante de irregularidades e sobrecustos em obras públicas e a falta de resposta eficaz do governo para solucionar essas falhas.
- 4. Como o Ministério da Integração Nacional está garantindo que as empreiteiras e empresas contratadas para realizar essas obras estão cumprindo seus contratos com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos? Quais sanções foram aplicadas em casos de descumprimento e quais auditorias periódicas foram realizadas para verificar





a qualidade dos serviços prestados?

5. Diante do elevado número de obras inacabadas e das denúncias de má gestão de recursos, como o Ministério justifica a continuidade de problemas de acessibilidade e comunicação em áreas prioritárias? Forneça evidências de que os investimentos realizados estão, de fato, atendendo às demandas da população e promovendo melhorias tangíveis nessas regiões, conforme esperado e anunciado.

6. Quais medidas corretivas estão sendo implementadas para evitar o desperdício de recursos públicos em projetos superfaturados executados? Cite exemplos específicos e resultados obtidos, detalhando como a gestão atual pretende reverter o cenário de ineficiência e falta de responsabilidade aplicação orcamento na do destinado desenvolvimento regional ao à infraestrutura.

Sala das Sessões, em de de 2024.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ





Apresentação: 11/12/2024 14:01:44.137 - MESA

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação de informações busca esclarecer, com urgência e transparência, as ações do Ministério da Integração Nacional frente ao cenário alarmante de abandono, má gestão e desperdício de recursos em obras públicas essenciais, especialmente nas áreas de transporte e comunicação em regiões vulneráveis. Comunidades localizadas em áreas de baixa acessibilidade, como zonas rurais e regiões isoladas, continuam sofrendo com a falta de infraestrutura adequada, expondo a população a condições de risco inaceitáveis e limitando seu desenvolvimento econômico e social. O contínuo descaso em relação a essas necessidades revela uma gestão, no mínimo, ineficaz e possivelmente negligente, que não tem oferecido soluções concretas para esses problemas, apesar dos recursos orçamentários já destinados a tais projetos.

Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) e auditorias recentes indicam que as obras de infraestrutura nessas regiões enfrentam recorrentes atrasos, superfaturamento e ausência de fiscalização rigorosa. Esse cenário impõe à sociedade custos elevados, não apenas financeiros, mas também humanos, comprometendo vidas, mobilidade e segurança. No caso específico das rodovias federais, a deterioração dos trechos mais críticos aumenta o risco de acidentes e dificulta o escoamento de produtos agrícolas e industriais essenciais para o desenvolvimento econômico das áreas mais necessitadas. Em relação às redes de comunicação, o atraso na implantação em zonas isoladas perpetua o isolamento e aprofunda as desigualdades, impedindo que essas comunidades alcancem oportunidades de crescimento e integração com outras regiões do país.

Este requerimento exige do governo respostas claras e medidas eficazes, uma vez que o padrão atual de execução e monitoramento das obras públicas se revela insuficiente e falho. A ausência de sanções efetivas e auditorias rigorosas sobre os contratos, a qualidade dos materiais e o cumprimento dos prazos estabelecidos pelas empresas e concessionárias indicam uma falta de compromisso com o uso responsável dos recursos públicos e com as reais necessidades da população.

Diante das sucessivas denúncias e do impacto negativo e severo





dessas falhas para o desenvolvimento do país, torna-se indispensável que o Ministério da Integração Nacional forneça justificativas concretas e detalhadas sobre os investimentos realizados, as medidas de controle aplicadas e as estratégias para garantir a execução adequada e eficiente das obras públicas em regiões vulneráveis.

Este requerimento representa um chamado à responsabilidade, à transparência e à ação, em face de uma situação que expõe as fragilidades de uma gestão pública que, até o momento, tem falhado em atender ao seu dever de promover o desenvolvimento regional e o bem-estar da sociedade de maneira eficiente e ética.

Sala das Sessões, em de de 2024.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ



